

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.566.342 - RN (2019/0243642-2)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE
AGRAVADO : VALTENCIR LUCIO DE LIMA GOMES
ADVOGADOS : CARLOS ALBERTO MARQUES JÚNIOR E OUTRO(S) - RN002864
LUCAS FERNANDES DE QUEIROZ SOUTO - RN011156

DECISÃO

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto por INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, contra decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado com fundamento no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, contra acórdão assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. PROGRESSÃO FUNCIONAL. PROCESSO ADMINISTRATIVO. AUTOTUTELA. POSSIBILIDADE DE REVISÃO DE PROGRESSÃO FUNCIONAL. DECADÊNCIA. PROGRESSÃO POR MÉRITO. IRREPETIBILIDADE DAS VERBAS. SÚMULA N.º 249 DO TCU. SENTENÇA CONDICIONAL. VEDAÇÃO. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS. APELO IMPROVIDO. REMESSA NECESSÁRIA PARCIALMENTE PROVIDA.

1. Remessa necessária e apelação interposta em face de sentença que julgou procedente a demanda para (i) reconhecer a decadência do direito da autarquia em revisar as progressões funcionais referentes aos níveis D-III-04, D-IV-01 e D-V-01 (anteriores a cinco anos da data de instauração do processo administrativo de 02/03/2017); (ii) condenar a autarquia a pagar eventuais diferenças de remuneração decorrentes de progressões não efetuadas no curso do processo ou diferença de eventual regressão na carreira, bem como (iii) se abster de efetuar a cobrança de valores recebidos de boa-fé referentes ao processo administrativo de revisão das progressões.

2. Percebe-se que os atos individualizados voltados para a fiscalização e auditoria das progressões funcionais do servidor em tela somente foram iniciados em 02/03/2017, mediante a instauração de processo administrativo. Assim, resta configurada a decadência do direito da autarquia em revisar ou anular as portarias editadas anteriormente a 02/03/2012 por versarem sobre progressões

funcionais concedidas em período superior a cinco anos da data de instauração do competente processo administrativo, nos termos da norma disposta no art. 54 da Lei n.º 9.784/99.

3. Quanto à progressão por mérito definida por meio da Portaria n.º 347/2013/DG/CNAT, vê-se que o período de avaliação de 08/11/2011 a 07/05/2013 não permite ser alterado em razão do reconhecimento da decadência do direito de revisão por parte da autarquia em relação às progressões anteriores, bem como, por se tratar da primeira progressão após vigência da Lei n. 12.772/2012, foi corretamente obedecido o cumprimento do interstício de 18 meses. Quanto à progressão por mérito definida por meio da Portaria n.º 736/2015/DG/CNAT, percebe-se que o período de avaliação de 08/05/2013 a 07/05/2015 considerou o interstício de 24 meses, em plena sintonia com o art. 14, § 2º, I da Lei n.º 12.772/2012, o que revela a insubsistência da revisão formulada pela autarquia.

4. Ainda que o processo administrativo não informe valores a serem repetidos pelo servidor em decorrência das progressões em comento, é possível deduzir que a autarquia buscava a repetição de eventuais diferenças decorrentes das progressões supostamente indevidas, razão pela qual se revela pertinente o pedido feito pelo servidor acerca da irrepetibilidade de tais quantias, diante da ameaça de lesão ao seu direito, não merecendo reparo a sentença combatida neste ponto, pois os valores supostamente indevidos foram pagos por erro ou inadequada interpretação da lei pela administração pública, o que dispensa o servidor de reposição ao erário, nos termos da Súmula n.º 249 do TCU.

5. Ao determinar o pagamento de eventuais diferenças de remuneração decorrentes das progressões não efetuadas no curso do processo ou diferenças decorrentes de eventual regressão funcional do servidor, o título judicial define uma condenação genérica e condicional, não se revelando como decisão certa quanto à pretensão formulada na demanda, visto que não se estabelece quais progressões funcionais deixaram de ser efetuadas em favor do servidor, tampouco aponta os períodos de suposta regressão funcional do demandante, o que é incompatível com o disposto no art. 492, parágrafo único, do CPC.

6. Majoração da condenação em honorários sucumbenciais em 10% sobre o montante definido na sentença de piso, totalizando em R\$ 2.200,00 em desfavor da autarquia, nos termos do art. 85, § 11 do CPC.

7. Apelação da autarquia improvida. Parcial provimento da

remessa necessária tão somente para excluir a condenação ao pagamento de diferenças decorrentes de eventuais progressões não efetuadas no curso do processo ou regressão na carreira" (fls. 408/409e).

Opostos Embargos de Declaração, foram rejeitados, em acórdão assim sumariado:

"PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REVISÃO DE PROGRESSÕES FUNCIONAIS. DECADÊNCIA. REPOSIÇÃO AO ERÁRIO. REDISCUSSÃO DA LIDE. MAJORAÇÃO DA CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Trata-se de embargos de declaração opostos contra acórdão desta egrégia Quarta Turma que negou provimento ao apelo da autarquia, ao passo que deu parcial provimento à remessa necessária tão somente para excluir a condenação ao pagamento de diferenças decorrentes de eventuais progressões não efetuadas no curso do processo ou regressão na carreira.

2. Intuito do IFRN em provocar a rediscussão da matéria, pois o acórdão vergastado analisou detidamente a questão do reconhecimento da decadência do direito em revisar ou anular as portarias de progressão funcional editadas anteriormente a 02/03/2012, visto que se tratam de progressões concedidas em período superior a cinco anos da data de instauração do competente processo administrativo, nos termos do art. 54 da Lei n.º 9.784/99, considerando-se como parâmetro o início dos atos individualizados voltados para auditar as progressões do embargado, em 02/03/2017.

3. Quanto ao pedido de reposição ao erário em razão de eventual progressão funcional indevida, vê-se que as quantias percebidas pelo servidor são irrepetíveis, uma vez que são valores que foram pagos por erro ou inadequada interpretação de lei pela própria administração pública, nos termos do art. 249 do TCU, conforme disposto no acórdão guerreado.

4. Não havendo vícios a serem sanados no acórdão vergastado, não podem ser os embargos manejados apenas com o intuito de sua reforma ante o inconformismo da parte, sendo certo que, no que concerne à suposta omissão, contradição, obscuridade ou erro material, esta Corte tem esta posição firmada no sentido de que o mero propósito de prequestionamento da matéria, por si só, não acarreta a admissibilidade dos embargos declaratórios.

5. Majoração da condenação honorários sucumbenciais em 10% sobre o montante definido no acórdão combatido, totalizando em RS 2.420,00 em desfavor do IFRN, nos termos do art. 85, § 11 do CPC.
6. Embargos de declaração rejeitados" (fl. 447e).

Sustenta a parte agravante, nas razões do Recurso Especial, o seguinte:

"3. DO DIREITO

3.1. DA INEXISTÊNCIA DE DECADÊNCIA DO DIREITO DE REVISAR AS PROGRESSÕES DOS DOCENTES

Em relação à decadência, faz-se mister rever o acórdão recorrido tendo em vista o que dispõe o art. 54, §2º, da Lei n. 9.784/99, vejamos:

(...)

A partir da análise do processo administrativo juntado aos autos, verifica-se que desde 24 de fevereiro de 2014 a Coordenação de Legislação de Pessoal e Orientação Técnica do Ministério da Educação vem tomando medidas a corrigir os efeitos financeiros atinentes à progressão funcional dos docentes das Instituições Federais de Ensino, através das orientações prestadas pela Nota Técnica n. 33/2014/CGNOR/DENOP/SEG/MP. Posteriormente, o IFRN também foi notificado acerca do Relatório de Auditoria da Controladoria-Geral da União, já em agosto de 2015, para que procedesse às revisões das progressões dos docentes, passando, assim, a instaurar os processos administrativos respectivos, voltados à revisão das progressões efetivadas ao arrepio da legalidade.

Desta feita, equivoca-se a Parte Autora ao pleitear que se reconheça a decadência para modificação dos atos administrativos anteriores a 02.03.12, pois apesar de a instauração do seu processo de revisão ter ocorrido em 01.03.17, o direito de revisar/anular o ato administrativo começou a fluir em prazo bem anterior, pois muito antes de 01.03.17 já se evidenciavam várias medidas da autoridade administrativa que importaram em impugnação à validade das progressões ora objeto revisão. Ademais, diante do grande número de servidores passíveis de terem suas progressões revisadas, por óbvio que não havia como a Administração instaurar e concluir todos os processos a um só tempo. Ainda, não se pode olvidar que as progressões dos professores são realizadas dentro de uma relação de trato sucessivo, de modo que a cada nova progressão realizada, ela tem como base a situação funcional anterior do professor, o que demonstra a necessidade de, numa hipótese de revisão de atos viciados, como ocorre no caso

vertente, retroagir a revisão à origem do vício, para que, procedendo-se à revisão do primeiro ato viciado, todas as sucessivas progressões sejam corrigidas. Desse modo, não há como se conceber uma revisão de progressão funcional feita pela metade, como requer a Parte Autora, quando alega só ser passível de revisão as progressões ocorridas a partir de 02.03.12.

(...)

Assim, não se vislumbra decadência do direito de revisar no presente caso, eis que as medidas administrativas há muito estão sendo perpetradas no âmbito da Administração Pública Federal para revisão das progressões, culminando com o relatório da Controladoria-Geral da União, que apontou diversas irregularidades nas progressões dos docentes do IFRN, demonstrando-se, pois, que a revisão ora questionada foi feita sem qualquer impedimento legal.

DA CONTROVÉRSIA SOBRE OS EFEITOS FINANCEIROS CONCEDIDOS DE FORMA RETROATIVA - PROGRESSÃO COMO ATO CONSTITUTIVO, E NÃO DECLARATÓRIO

Sustenta a adversa parte que o ato de progressão tem natureza declaratória produzindo seus efeitos desde o preenchimento dos seus pressupostos pelo servidor, ou seja, com efeitos retroativos à data da apresentação da titulação (no caso de progressão por titulação) ou à data do cumprimento do interstício mínimo legal (no caso de progressão por mérito).

Todavia, não é o que ocorre, como bem dispõe o relatório da CGU:

(...)

De fato, Excelência, cumpre frisar que o direito à progressão funcional nasce a partir do reconhecimento de que o professor preenche os requisitos legais para progressão, sendo o parecer favorável, portanto, um ato constitutivo do direito, e não declaratório do direito à progressão, daí porque os efeitos financeiros decorrentes da progressão surgem a partir do seu reconhecimento na forma da lei. Deve o professor atender cumulativamente ao cumprimento do interstício temporal de 24 (vinte e quatro) meses em cada nível, bem como contar com parecer favorável a partir de avaliação de desempenho. Deve, ainda, o interessado requerer a progressão, que não ocorre de forma automática, sendo-lhe concedida caso preencha os requisitos acima, a partir do que nascerá o direito à progressão.

Referido entendimento é o que prevalece hoje no âmbito administrativo, a partir da interpretação sistemática do que disciplina o art. 12 da Lei nº 12.772/12, regulamentado pela Portaria MEC nº 554/13, vejamos:

(...)

Não se pode olvidar que a partir de agosto de 2016, com as alterações promovidas na legislação supra pela Lei n. 13.325/16, buscou-se pacificar o entendimento acima, vejamos:

(...)

Ora, se os requisitos estabelecidos em lei são o interstício de 24 meses e a avaliação de desempenho individual, reforça-se o entendimento de que só com a avaliação individual positiva surge o direito de o professor progredir na carreira, nascendo, então, o direito de progredir e os respectivos efeitos financeiros favoráveis ao docente.

Tendo em vista que as progressões no âmbito do IFRN estavam ocorrendo de forma diversa e, constatado o equívoco em tempo hábil, dentro do prazo decadencial, mormente por se tratar de uma relação de trato sucessivo, verifica-se que não havia escolha, mormente após as auditorias realizadas pelos órgãos de controle, entre revisar ou não revisar as progressões. Há de se considerar que é legalmente um dever da Administração anular seus próprios atos quando eivados de vícios, conforme já reconhecido na SÚMULA 473 DO STF.

INTERSTÍCIO PARA PROGRESSÃO - HISTÓRICO LEGISLATIVO - LEIS QUE DISCIPLINARAM A QUESTÃO DE FORMA DIVERSA AO LONGO DO TEMPO

Quanto a esse ponto, vejamos o que dispõe o relatório da CGU, que bem explana o histórico legislativo sobre o tema, demonstrando-se o acerto da administração na revisão das progressões:

(...)

Desta forma, vê-se que o entendimento da Parte Autora não se sustenta, haja vista que desconsidera tais nuances relativas à aplicabilidade mediata da Lei de 11.784/2008, vez que esta somente passou a efetivamente surtir efeitos, quanto a essa matéria, a partir de sua regulamentação pelo Decreto 7.806/12.

É dizer que a Parte Autora não vislumbrou que no período anterior à regulamentação da Lei nº 11.784/2008, por meio do Decreto nº 7.806/12, ainda se aplicavam os ditames da lei 11.344/2006, em relação a esta matéria, portanto, interstício para progressão de 24 meses.

Também olvidou que a Lei nº 12.772/2012 trouxe novos normativos sobre o assunto, diferenciando o interstício para progressão de acordo com vários outros critérios, conforme se viu.

Releva notar que esse entendimento tem respaldo da CONJUR/MP, por meio do PARECER/MP/CONJUR/JPA/Nº 0724-3.8/2010 de 17 de maio de 2010, assim se pronunciou:

(...)

Portanto, patente a legalidade do ato administrativo também nesse quesito do interstício das progressões.

NECESSIDADE DE REVISÃO DO ATO ADMINISTRATIVO -
LEGALIDADE DO PROCESSO DE REVISÃO

No caso em exame, uma vez constatado erro na progressão funcional dos docentes, a invalidação se impõe como medida obrigatória porque, se o ato não comporta convalidação, inexistente outra forma de a Administração Pública restaurar a legalidade violada.

Com efeito, é isento de dúvidas o direito de a autarquia federal proceder à invalidação de um ato administrativo fulminado de vício insanável, ainda mais quando instado pelos órgãos de controle para tanto. Não se fala aqui, como pretende fazer crer a peça exordial, de direito adquirido à perpetuação de uma ilegalidade. Trata-se, na verdade, de invalidação de ato administrativo praticado em desconformidade com o ordenamento, ou seja, passível de anulação.

A Súmula n. 473, do Supremo Tribunal Federal, dispõe expressamente que 'A Administração pode anular seus próprios atos eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originaram direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.'

(...)

Dessa forma, patente a legalidade do processo administrativo de revisão instaurado, bem como da revisão administrativa perpetrada, o que leva à improcedência do pedido autoral" (fls. 460/481e).

Requer, ao final, "que o presente recurso especial seja recebido e devidamente processado, a fim de que lhe seja dado provimento em razão de o acórdão recorrido ter negado vigência aos dispositivos de lei federal referidos, determinando-se, por conseguinte, a sua reforma, na forma acima exposta, para que os pedidos sejam julgados totalmente improcedentes" (fl. 481e).

Com contrarrazões (fls. 487/509e).

Negado seguimento ao Recurso Especial (fl. 511e), foi interposto o presente Agravo (fls. 515/520e).

Contraminuta, a fls. 531/536e.

A irresignação não merece acolhimento.

O Tribunal de origem dirimiu a controvérsia, nos seguintes termos:

"Inicialmente, com relação à decadência, percebe-se que os atos

individualizados voltados para a fiscalização e auditoria das progressões funcionais do servidor em tela somente foram iniciados em 02/03/2017, mediante a instauração de processo administrativo (id. 4058400.2543070, pág. 1). Assim, resta configurada a decadência do direito do IFRN em revisar ou anular as portarias editadas anteriormente a 02/03/2012 (Portarias n.º 591/2009, n.º 364/2010, n.º 683/2010 e n.º 2169-2011 da Reitoria/IFRN), por versarem sobre progressões funcionais concedidas em período superior a cinco anos da data de instauração do competente processo administrativo, nos termos da norma disposta no art. 54 da Lei n.º 9.784/99, consoante acertadamente disposto na sentença atacada.

(...)

Quanto à progressão por mérito definida por meio da Portaria n.º 347/2013/DG/CNAT, vejo que o período de avaliação de 08/11/2011 a 07/05/2013 não permite ser alterado em razão do reconhecimento da decadência do direito de revisão por parte da autarquia em relação às progressões anteriores, bem como, por se tratar da primeira progressão após vigência da Lei n. 12.772/2012, foi corretamente obedecido o cumprimento do interstício de 18 meses.

Quanto à progressão por mérito definida por meio da Portaria n.º 736/2015/DG/CNAT, percebe-se que o período de avaliação de 08/05/2013 a 07/05/2015 considerou o interstício de 24 meses (id. 4058400.2543196, pág. 10), em plena sintonia com o art. 14, § 2º, I da Lei n.º 12.772/2012, o que revela a insubsistência da revisão formulada pela autarquia" (fl. 407e).

Com efeito, para se chegar a conclusão diversa do Tribunal de origem, acolhendo os argumentos da parte recorrente, seria imprescindível reexaminar os fatos da presente causa, o que é insuscetível de ser realizado, na via estreita do Recurso Especial, ante o óbice da Súmula 7 ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial") do STJ.

Nessa linha:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. MILITAR. PENSÃO. FILHA SOLTEIRA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO INTERNO. RIOPREVIDÊNCIA. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973. NÃO OCORRÊNCIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 280 DO STF E DAS SÚMULA 7 E 211 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Em homenagem ao princípio da complementariedade, o art. 1.024, §

3º, do CPC/2015 prescreve que o órgão julgador conhecerá dos embargos de declaração como agravo interno se entender ser este o recurso cabível, desde que determine previamente a intimação da recorrente para, no prazo de 5 (cinco) dias, complementar as razões recursais, ajustando-as às exigências do art. 1.021, § 1º, daquele diploma.

2. Não há falar, na hipótese, em violação do art. 535 do CPC/1973, porquanto a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, uma vez que o voto condutor do acórdão recorrido apreciou fundamentadamente, de modo coerente e completo, as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida. Precedentes.

3. A despeito de a parte recorrente apontar contrariedade aos dispositivos da LINDB, mais precisamente, o art. 6º, § 2º, observo que o exame da pretensão recursal pressupõe a apreciação de normas de Direito local (Lei estadual n. 285/1979), restando obstado o conhecimento do recurso, em virtude da incidência da Súmula n. 280/STF, *in verbis*: 'Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário.'

4. A revisão da conclusão a que chegou o Tribunal de origem acerca da ocorrência da decadência administrativa foi firmada com base nas provas dos autos, assim, a revisão do julgado implica o imprescindível reexame das provas constantes dos autos, o que é defeso em recurso especial, ante o que preceitua a Súmula 7 do STJ: 'A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.'

5. A ausência de prequestionamento da matéria constante nos arts. 17, I, 18, § 2º, 355, 399, II, do CPC/1973 e 6º, § 2º, Lei n. 12.376/2010, a despeito da oposição de aclaratórios, impede o conhecimento do recurso especial. Incidência da Súmula n. 211/STJ.

6. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, EDcl na PET no AREsp 1.132.274/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 31/10/2018).

"DIREITO ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. ACLARATÓRIOS REJEITADOS.

1. Ao analisar o processo, percebe-se que ha três ações conexas em que houve decisão desta Corte Superior, quais sejam: AgInt Resp 1643363/ES; AREsp 1241492/ES e RESP 1638365/ES. Todas essas

tenham como matéria de fundo a decadência administrativa (art. 54 da Lei 9.784/99) e chegou-se a conclusão que, nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, a Administração Pública tem o poder/dever de rever e anular seus próprios atos, quando eivados de ilegalidade. No entanto, se do ato ilegal decorrem efeitos favoráveis ao administrado, é obrigatória a instauração de processo administrativo prévio, com a observância do devido processo legal, bem como a observância do prazo decadencial de cinco anos, previsto no art. supracitado.

2. Acontece que o acórdão recorrido concluiu que (e-STJ fl. 577): 'Quanto à questão prejudicial colocada no primeiro grau de jurisdição, evidencia-se, no presente caso, a partir do confronto entre a data da notória suplantação da VPNI da Lei nº 10.483/2002 pela VPNI da MPv nº 301/2006 (convertida na Lei nº 11.355/2006) em junho de 2006 e a data da tomada da primeira medida administrativa impugnatória da validade da continuidade de seu pagamento e impositora da respectiva recomposição fazendária em abril de 2010 (cf. fls. 299-302 c/c 330/1) ainda que ~~ben~~ antes da efetiva supressão de seu pagamento, a não-ocorrência de decadência do direito de realizar a supressão de seu pagamento e a reposição ao erário mediante desconto estipendial da VPNI percebida, conforme o art. 54 da Lei nº 9.784/1999 (aplicável, em complementação do art. 114 da Lei nº 8.112/1990, a partir de autorização dada por meio do art. 69 daquela Lei; e, pelo critério da especialidade, em detrimento do art. 103-A da Lei nº 8.213/1991)'.

3. Isto é, **pela análise das provas e fatos, nesse caso, o Tribunal a quo concluiu que não havia ocorrido a decadência, porquanto a data da tomada da primeira medida administrativa impugnatória da validade da continuidade do pagamento e impositora da respectiva recomposição fazendária se deu em abril de 2010, ou seja, antes dos cinco anos.**

4. Já nos outros casos citados pela parte recorrente como conexos, analisando o acórdão, verifica-se que a revisão do ato administrativo se deu após os cinco anos e, portanto, haveria acontecido a decadência. Para melhor exemplificar, cita-se o que consta na decisão do REsp 1638356: 'Da leitura do acórdão recorrido, observa-se que a revisão do ato administrativo se deu apenas em fevereiro de 2014, a partir de quando foram suprimidas as rubricas, por ocasião da vigência da Lei 11.355/06, que reestruturou a remuneração dos servidores. Portanto, entre a entrada em vigor da Lei 11.355/06, até a data da revisão do ato, em fevereiro de 2014, decorreu lapso temporal superior

a 5 anos. Assim, configura-se a decadência do direito de a Administração rever o ato em questão'.

5. Sendo assim, no presente caso, tendo em vista os argumentos trazidos pela acórdão recorrido, seria necessário rever os fatos e provas do processo, o que faz trazer à tona à súmula 7 desta Corte Superior.

6. Embargos de declaração rejeitados" (STJ, EDcl no AgInt no REsp 1.668.439/ES, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 27/06/2018).

Quanto ao mais, verifica-se que a parte recorrente não indicou, de forma clara e individualizada, como lhe competia, os dispositivos legais que porventura tenham sido malferidos pelo Tribunal de origem, o que caracteriza ausência de técnica própria indispensável à apreciação do Recurso Especial.

Nos termos da jurisprudência desta Corte, o conhecimento do Recurso Especial exige a indicação, de forma clara e individualizada, de qual dispositivo legal teria sido violado ou objeto de interpretação divergente, sob pena de incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal. Assim, seja pela alínea **a**, seja pela alínea **c** do permissivo constitucional, é necessária a indicação do dispositivo legal tido como violado ou em relação ao qual teria sido dada interpretação divergente.

A propósito:

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA RÉ.

1. A alegação de ofensa a dispositivos legais que não foram arrolados no recurso especial constitui indevida inovação recursal, inviabilizando o exame da tese em sede de agravo interno. 2. Não há falar em omissão e, por conseguinte, em contrariedade ao art. 535 do CPC/1973, pois o julgamento da lide apenas se deu de forma contrária aos interesses da parte.

3. A admissibilidade do recurso especial exige a clareza na indicação dos dispositivos de lei federal supostamente contrariados, bem como a explanação precisa da medida em que o acórdão recorrido teria afrontado cada um desses artigos, sob pena de incidência da Súmula nº 284 do STF.

(...)

8. Primeiro agravo interno desprovido. Segundo agravo interno não

Superior Tribunal de Justiça

conhecido, por força da preclusão consumativa" (STJ, AgInt no REsp 1.628.949/PI, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe de 07/03/2018).

Diante desse quadro, tem incidência, por analogia, a Súmula 284 do STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Em face do exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, **a**, do RISTJ, conheço do Agravo para não conhecer do Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora